

# Saiba tudo sobre a legislação dos PALOP

Advogados, investidores, mundo académico e cidadãos em geral podem ter acesso, numa plataforma comum, a toda a legislação, jurisprudência e doutrina relevante dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe

A **PLATAFORMA LEGIS-PALOP**, base de dados jurídica oficial dos PALOP (<http://www.legis-palop.org/bd>) facilita o conhecimento de mais de 40 mil atos normativos, com um PDF do Jornal Oficial, texto editável do diploma, remissões e versões consolidadas. São aqui disponibilizados mais de cinco mil acórdãos das instâncias superiores e diversa doutrina e documentos relevantes, incluindo Pareceres da PGR, Ordens dos Advogados, livros e artigos. O Thesaurus, comum aos cinco ordenamentos jurídicos, com mais de quatro mil descritores, facilita a consulta e permite a análise de direito comparado.

A ideia que levou à criação desta base de dados foi a de assegurar o acesso à informação jurídica relevante publicada em cada um dos países de língua oficial portuguesa garantindo o seu tratamento por uma equipa de juristas de todos os países e a sua permanente actualização. A base de dados permite a pesquisa e consulta da legislação, jurisprudência e doutrina produzida nestes países. Agora, cidadãos e empresas, por simples registo gratuito, já não têm desculpa para não conhecerem a nova legislação dos PALOP.

### A que documentos podemos aceder?

A versão oficial do documento em formato PDF e HTML, a classificação jurídica, incluindo remissões para outros diplomas e acórdãos, vicissitudes (alterações, revogações), referências doutrinárias e descritores de indexação da informação jurídica (Thesaurus jurídico).

### Como aceder às versões consolidadas da legislação?

Ao localizar um diploma que possua versões consolidadas, a versão disponível é



Em Luanda, o grupo de coordenadores e responsáveis pela manutenção e actualização do Legis-PALOP

a versão consolidada mais recente. Através desta poderá aceder à versão original onde estarão assinaladas todas as versões consolidadas existentes. No caso de aceder a um diploma através de uma remissão ou referência, visualizará sempre a versão original, onde poderá então aceder às versões consolidadas disponíveis. Trata-se de uma enorme mais valia útil na consulta de Códigos com sucessivas alterações (ex: Código de Processo Civil com mais de uma dezena de alterações sofridas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique).

### Como aceder a análises comparativas dos ordenamentos jurídicos?

O sistema dispõe de um motor de busca que permite pesquisar de forma transversal toda a legislação, jurisprudência e doutrina disponibilizada para cada país individualmente. A análise comparativa pode ser feita pela pesquisa de quaisquer campos, fazendo incidir a pesquisa em "todos os países". É também possível fazê-lo através do Thesaurus, consultando para tal os descritores correspondentes aos termos que se pretenda comparar (ex: Códigos).

### Que tipo de jurisprudência é possível encontrar?

Os atos jurisprudenciais disponibilizados pelo Tribunal Constitucional (Angola); Conselho Constitucional (Moçambique); Supremo Tribunal de Justiça (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe); o Tribunal Supremo (Angola e Moçambique); e o Tribunal de Contas Angola).

### Como é financiado o LEGIS PALOP

Tutelada pelos ministros da justiça dos PALOP, a base de dados jurídica foi concebida no âmbito do Projeto de Apoio ao desenvolvimento aos Sistemas Judiciários dos PALOP, financiado pelo 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e pela Cooperação Portuguesa. Além dos orçamentos dos Ministérios da Justiça de cada país, tem contado com o financiamento do Camões Instituto da Cooperação e da Língua (CICL) e com o apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).